

CAMINHOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PATHS OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

Fabricia Sônego¹ 

¹Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha, IFFar, Alegrete, RS, Brasil. Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional. Professora do IFFar. E-mail: fabriciasonego@gmail.com

Resumo: Este texto tem a finalidade de contextualizar historicamente a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a fim de indicar sua trajetória ao longo dos anos no Brasil, contribuindo com as reflexões a seu respeito como a formação integral do ser humano. Objetiva apontar um breve estudo teórico da caminhada percorrida pela EPT de forma clara, oportunizando que o leitor possa construir a ideia de uma trajetória cheia de idas e vindas, avanços e retrocessos, que culminou na sua presença nos Institutos Federais. Desenvolveu-se pela pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, alicerçada em autores como Moura (2007), Batista (2011), Sales e Oliveira (2011), dentre outros. A análise dos dados segue a perspectiva de aproximação de sentidos, que indicam as categorias presentes na evolução da EPT ao longo da história do Brasil. Como resultados traz reflexões sobre a EPT na atualidade, destacando a formação humana e integral e como essa pode ser entrelaçada as competências presentes na Base Nacional Comum Curricular, implantada recentemente no país e que prevê o trabalho a partir de competências gerais que devem ser desenvolvidas de forma integrada aos componentes curriculares, ao longo de toda a educação básica.

Palavras-chave: História da EPT. Dualidade educacional. Competências BNCC.

Abstract: This text aims to historically contextualize Professional and Technological Education (EPT) in order to indicate its trajectory over the years in Brazil, contributing with reflections about it as an integral formation of the human being. It aims to point out a brief theoretical study of the path taken by the EPT in a clear way, providing the reader with the opportunity to build the idea of a trajectory full of comings and goings, advances and setbacks, which culminated in its presence in the Federal Institutes. It was developed through bibliographical research, of a qualitative nature, based on authors such as Moura (2007), Batista (2011), Sales and Oliveira (2011), among others. Data analysis follows the perspective of approximation of meanings, which indicate the categories present in the evolution of EPT throughout the history of

DOI: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v18i36.657>

Submissão: 23-09-2021

Aceite: 05-01-2022



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Brazil. As a result, it brings reflections on EPT today, highlighting the human and integral training and how this can be intertwined with the competences present in the Common National Curriculum Base, recently implemented in the country and which foresees the work based on general competences that must be developed from integrated way with the curricular components, throughout the whole of basic education.

Keywords: History of the EPT. Educational duality. BNCC Competencies.

Introdução

O conceito de educação profissional foi sendo construído ao longo da história da educação. Do ensino de atividades práticas à educação profissional e tecnológica, a educação voltada ao mundo do trabalho deteve diferentes significados de acordo com a sociedade que a acolheu. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que faz parte do cotidiano de inúmeros Institutos Federais, bem como de algumas Universidades, caracteriza a caminhada evolutiva da educação profissional ao longo do tempo. A concepção de trabalho intrínseca à essa modalidade de educação, é destacada na Constituição Federal à medida que essa assegura que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, se apresentando como formação do cidadão.

Porém, essa modalidade de ensino ainda não é conhecida por todos, de forma que parte da população ainda tem dúvidas ao dar uma definição para a EPT. Essa realidade foi percebida durante aulas lecionadas à cursos de licenciatura de um Instituto Federal de Educação do sul do Brasil, em que se pode inferir essa fragilidade durante as discussões em sala de aula.

A partir dessa problemática, indagou-se como aproximar a história, que apresenta a trajetória da educação profissional, aos estudantes por meio de um material escrito. Nesse sentido, desenvolveu-se este texto a partir de uma pesquisa bibliográfica, com a intenção de contextualizar historicamente a EPT e indicar sua trajetória ao longo dos anos no Brasil, contribuindo com as reflexões acerca da Educação Profissional e Tecnológica como formação integral do ser humano. Objetivou-se nesse texto apontar um breve estudo teórico da caminhada percorrida pela EPT a partir da história da educação no Brasil, de forma clara, oportunizando que o leitor possa construir a ideia de uma trajetória cheia de idas e vindas, avanços e retrocessos, que culminou na EPT presente nos Institutos Federais e que traz como elemento essencial a formação humana a partir da formação omnilateral do ser humano.

Metodologia

Este texto ancora-se na abordagem qualitativa, em que a partir de um breve estudo teórico, descreve a caminhada percorrida pela Educação Profissional e Tecnológica, no Brasil. De acordo com Lankshear e Knobel (2008) a abordagem qualitativa busca entender a história a partir do contexto, a partir da história em que os fatos se desenvolvem. Assim, este estudo aponta a história da educação no Brasil como contorno da história da EPT.

Em consonância com a abordagem qualitativa, a metodologia utilizada para coleta de dados na pesquisa se deu a partir da busca de materiais escritos que contextualizassem a história da educação, bem como materiais que indicassem a trajetória da EPT no Brasil. Lançou-se mão da pesquisa bibliográfica como ferramenta de coleta uma vez que essa possibilita conceituar e contextualizar o tema proposto na pesquisa, estruturando conceitualmente o texto (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008).

A intenção de organizar-se uma “linha do tempo” da história da EPT no Brasil, condiz com a proposta da pesquisa bibliográfica quando essa compila novas descobertas a partir do conhecimento já produzido. Segundo Brito, Oliveira e Silva (2021, p. 8) “a pesquisa bibliográfica se coloca como impulsionadora do aprendizado, do amadurecimento, levando em conta em suas dimensões os avanços e as novas descobertas nas diferentes áreas do conhecimento”.

A análise contempla “um método de pesquisa que usa um conjunto de procedimentos para extrair inferências válidas do texto” (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008, p. 274) e organizou-se a partir da aproximação de sentido dos dados e a discussão desses a partir da história da educação no Brasil. Assim, a análise e discussão dos dados está permeada pela reflexão crítica dos fatos ocorridos e sua relação com a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica. A partir desses dados, organizou-se uma “linha do tempo” a fim de evidenciar as características desse percurso repleto de dualidades e desafios.

Por fim, entrelaçou-se essa “linha do tempo” com as competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sem a pretensão de analisar a proposta das competências da BNCC, mas a partir da ideia de continuidade educativa inferida pela BNCC pelo desenvolvimento de forma integrada dos componentes curriculares, ao longo de toda a educação básica.

Resultados e discussões

É possível identificar quatro momentos na história brasileira, que podem ser compreendidos como marcos pelos quais o entendimento da EPT nasceu e desenvolveu-se. A aproximação de sentido que a EPT assume intrínseca ao momento histórico em que se desenvolve, define como essa é percebida pela sociedade de cada período. A partir disso, o estudo realizado e apresentado neste texto, indica o entendimento da EPT a partir desses marcos que ilustram as categorias presentes na evolução da EPT ao longo da história do Brasil, sendo essas: EPT como

prática de menor valor; EPT com caráter assistencialista; EPT visando a preparação de mão de obra e desenvolvimento econômico; nova concepção de EPT a partir da formação omnilateral.

A primeira categoria indicada, traz a EPT como prática de menor valor, como atividade relegada aos escravizados. Nesse momento da história do Brasil o trabalho é definido como elemento fundante da sociedade, porém o trabalho manual característico da EPT, relegado aqueles que serviam aos demais. A relação entre educação e trabalho é percebida desde muito tempo, quando a sociedade ainda se organizava em sistemas feudais. Nesses, haviam os donos das terras e os que serviam a esses donos. Posteriormente, com o início do capitalismo, a intensificação da produção industrial e o acúmulo de capital, novamente pode-se perceber essa divisão, agora de forma mais específica nas relações entre o detentor dos meios de produção e os trabalhadores (SILVA, 2012). Essa “diferenciação” entre educação (propedêutica) e trabalho (educação profissional) permeia a história da humanidade.

Pensarmos o que significa Educação Profissional e Tecnológica, remete pensar a história da humanidade e sobretudo a história da educação. Essa por sua vez é permeada por uma diferenciação que pode ser percebida na história da educação no Brasil, em que a relação dual constante ao longo dessa história divide-se entre a educação da elite e a instrução do povo. De acordo com Batista (2011, p. 96) “a história da educação profissional no Brasil pode ser compreendida a partir do desenvolvimento das forças produtivas enquanto estrutura fundamental das relações econômicas, e também a partir das diversas concepções de trabalho e de cultura que os grupos sociais produzem”. Assim, o contexto em que se desenvolve a EPT diz muito da época em que se dá e dos anseios dessa quanto às relações de trabalho e desenvolvimento da sociedade.

Desde o processo de colonização do Brasil, podemos identificar aspectos que compõe a cultura brasileira presentes na dicotomia entre a educação propedêutica e a educação prática. Essa dualidade educativa remete à aprendizagem de ofícios práticos pelos escravizados, da prática exercida no trabalho em contrapartida da aprendizagem das letras e das artes, realizada apenas pelos descendentes da elite que se compunha na colônia então descoberta. Desde o período do Brasil Colônia, a educação prática foi desvalorizada, como destaca Sales e Oliveira (2011, p. 166)

o trabalho manual era considerado uma atividade indigna para o homem branco e livre. Atividades artesanais e manufatureiras, como a carpintaria, a serralheria, a construção, a tecelagem, entre outras, eram repudiadas por se tratarem de ocupações de escravos. A discriminação contra esse tipo de atividade e contra aqueles que a desempenhavam levava muitos a rejeitarem determinadas profissões. Isso resultou no trabalho e aprendizagem compulsórios. Os ofícios eram ensinados aos jovens e às crianças que não tivessem opção, como aqueles advindos das Casas da Roda¹, garotos de rua e delinquentes.

A discriminação com esse tipo de aprendizagem fez com que o ensino de ofícios como artesanato, a manufatura e indústria fosse considerado inferior à educação escolarizada, a qual se voltava para poucas pessoas, como os donos de terras e os senhores de engenho. Essa é a configuração em que nasce a dualidade presente na história da educação no Brasil. Marcada pela divisão entre a educação da elite e do povo, do ensino das letras e do ensino das práticas. O

1 Caracterizavam-se como casas de caridade que recebiam por meio de um mecanismo semelhante a uma roda, recém nascidos rejeitados pelas famílias.

ensino das práticas, ilustrando a educação profissional na sociedade colonial, era voltado para o povo, desfavorecido social e economicamente.

A segunda categoria identificada na evolução da educação profissional, traz a ideia de EPT com caráter assistencialista, destinada aos desvalidos, aqueles que não tinham outra “opção de vida”, essa percepção prevalece a partir da independência do Brasil. No período imperial, com a chegada da família real no Brasil, há a criação de academias militares, escolas de direito e medicina, bem como a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia. Porém, essas faziam parte da gama de instituições que enriqueceram a educação da elite, ficando para o povo os liceus de artes e ofícios, voltados à educação profissional. A educação do povo nesse período abarcava a ideia de conduzi-lo à “ordem”, capacitando força de trabalho para o momento de desenvolvimento do país após sua independência e perpetuando a hierarquia da sociedade de classes existente.

De acordo com Moura (2007, p. 6)

essa lógica assistencialista com que surge a educação profissional é perfeitamente coerente com uma sociedade escravocrata originada de forma dependente da coroa portuguesa, que passou pelo domínio holandês e recebeu a influência de povos franceses, italianos, poloneses, africanos e indígenas, resultando em uma ampla diversidade cultural e de condições de vida ao longo da história - uma marca concreta nas condições sociais dos descendentes de cada um destes segmentos.

Conforme Moura (2007) podemos considerar como um dos primeiros indícios da origem da educação profissional, a criação do Colégio das Fábricas em 1809. Grande parte da aprendizagem de ofícios nesse período, ocorria nos próprios locais de trabalho, bem como nos asilos de infância para meninos desvalidos, órfãos e abandonados, criados com o objetivo de formar trabalhadores braçais.

Essa perspectiva assistencialista caracteriza a origem da educação profissional no Brasil. Conforme Sales e Oliveira (2011, p. 170), “observa-se que durante o Império, o ensino profissional continuou a ser desvalorizado; contudo, ocorreu uma ampliação da capacitação profissional compulsória, de caráter assistencialista e moralizador, voltada para os pobres e desvalidos da sorte” (p. 170). Situação que corrobora o desenvolvimento de iniciativas de educação profissional, a partir de asilos ou casas de meninos denominados desvalidos ou mendigos.

No período republicano temos a evidencia da industrialização e com ela a necessidade de formação profissional, passa-se a ter uma preocupação com a preparação de operários para o exercício profissional. É nesse cenário que emerge a terceira categoria identificada na evolução da educação profissional, em que a EPT visa a preparação de mão de obra e desenvolvimento econômico. A educação reassume um caráter de instrumento de normatização, defendendo a ordem vigente. Ainda nesse período, percebe-se ações positivas em meio ao cenário de preparação de mão de obra, uma vez que são criadas dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, o que representa uma importante iniciativa no âmbito da educação profissional. Essas escolas foram lapidando-se no decorrer dos anos, fortalecendo um modelo de educação profissional que mais tarde constituiriam a raiz das instituições técnicas federais.

De acordo com Sales e Oliveira (2011, p. 174)

ao lado das transformações ocorridas no ensino profissional, nas primeiras décadas do período Republicano, foram veiculadas novas concepções sobre esse tipo de ensino. Salienta-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, que foi fruto de um conjunto de ideias sobre diversas questões, inclusive sobre a educação profissional.

O ideário presente nos movimentos em prol da educação na década de 30 trouxeram à tona inúmeras discussões sobre a educação, refletindo diretamente na educação profissional e discutindo a dualidade educativa que permeia a história da educação no que se refere a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Esse dualismo caracterizou-se pelas escolas voltadas aos ensinamentos práticos e utilitários como o magistério primário, atividades artesanais, comerciais, técnicas ou agrícolas; e pelas escolas voltadas à formação das elites, de um modelo de homem e de sociedade europeus. De acordo com Batista (2011, p. 99)

apesar do avanço dos anos 30 que trouxe a ideia de uma formação profissional, esta ainda se limitava a uma capacitação para o trabalho sem uma visão mais ampla educativa e social. [...] A formação profissional embora tenha avançado em termos de metodologia de trabalho pedagógico e instrucional, há pouco tempo não era visto como estratégico para o desenvolvimento científico e tecnológico, mas apenas como fornecedor de mão-de-obra para as demandas imediatas do setor produtivo.

Esse modelo evidencia o empenho em formar mão-de-obra necessária ao desenvolvimento econômico, fazendo a educação profissional instigadora da continuidade da divisão social do trabalho, da sociedade de classes.

Com a Reforma Capanema, em 1942, marco da educação profissional, inúmeras orientações buscaram de fato organizar o ensino profissional, mas que ainda enfatizavam a estrutura dual de ensino. De acordo com Sales e Oliveira (2011, p. 175) “instituiu-se um sistema educacional dualista, que formava, por um lado, intelectuais (ensino secundário) e, por outro, trabalhadores (cursos profissionais)” perpetuando essa separação entre a elite e o povo. A criação do Sistema S, inicialmente composto pelo SENAI (1942) e SENAC (1946) demonstra esse fato, tais instituições buscavam a preparação da mão-de-obra para o mundo produtivo, segundo Moura (2007, p. 9-10) “o ensino secundário e o normal formariam as elites condutoras do país e o ensino profissional formaria adequadamente os filhos de operários para as artes e os ofícios” perpetuando a estrutura dual e de classes.

Por volta da década de 50/60 e efetivamente com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/1961), essa dualidade é extinta teoricamente, uma vez que essa estabelece a plena equivalência entre cursos profissionais e propedêuticos, para fins de prosseguimento de estudos, ou seja, o grau médio (seja elitista ou trabalhador) oportuniza o prosseguimento dos estudos propedêuticos. Para Moura (2007, p. 11),

é importante frisar que essa dualidade só acabava formalmente já que os currículos se encarregavam de mantê-la, uma vez que a vertente do ensino voltada para a continuidade de estudos em nível superior e, portanto, destinada às elites, continuava privilegiando os conteúdos que eram exigidos nos processos seletivos de acesso à educação superior, ou seja, as ciências, as letras e as artes. Enquanto isso, nos cursos profissionalizantes, esses conteúdos eram reduzidos em favor das necessidades imediatas do mundo do trabalho.

Em 1971, em meio ao Regime Militar, se deu a reforma do ensino de 1º e 2º graus que normatizou o ensino em 1º grau (1ª à 8ª série) e 2º grau (1º ao 3º ano do colegial), e tornou obrigatório o ensino profissionalizante. A obrigatoriedade do ensino profissionalizante gerou excesso de mão-de-obra vulgo especializada, quando na verdade desqualificada, uma vez que o ensino tecnicista utilizado nesse período homogeneizou o ensino profissionalizante, não conseguindo preparar de fato para o trabalho, o que acabou banalizando as esferas públicas estaduais e municipais que sequer tinham como manter essa atividade. A esfera federal pela diversidade profissionalizante que pôde oferecer, devido ao corpo docente e infraestrutura, conseguiu dar seguimento a educação profissional nesse período. Segundo Moura (2007, p. 13) “essa atuação foi viabilizada precisamente pelo que faltou aos sistemas estaduais de ensino, ou seja, financiamento adequado e corpo docente especializado”. Em 1978 foram criados os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em substituição das escolas técnicas federais e escolas agrotécnicas federais.

A quarta categoria identifica na evolução da EPT traz à tona uma nova concepção de EPT a partir da formação omnilateral do ser humano. Com a reabertura política e democrática em 1986, destacam-se inúmeros documentos que buscam organizar a estrutura da educação profissional, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação é apresentada no artigo 205 como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” o que infere a importância da educação profissional para formação integral do ser humano e não apenas como formação de mão-de-obra.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96) passa a organizar a educação profissional como uma modalidade educacional que perpassa diferentes níveis, etapas e modalidades. Porém ainda mantêm a dualidade histórica entre educação profissional e educação propedêutica, uma vez que separa o ensino médio da educação profissional técnica de nível médio e da educação profissional tecnológica, terminologia que substituiu “educação profissional” na referida lei. De acordo com Moura (2007, p. 16)

a educação brasileira é estruturada na nova LDB em dois níveis – educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita. Dito de outra maneira, a educação profissional não faz parte da estrutura da educação regular brasileira. É considerada como algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto.

A LDB em seu artigo 39 prevê que a EPT abrange os seguintes os cursos de “I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação”, essa estrutura organiza a EPT, ganhando destaque nesse sentido os Institutos Federais de Educação, criados em 2008. Os Institutos Federais de Educação, “germinados” pelas Escolas de Aprendizagem de Artífices e delineados pelas escolas técnicas e agrotécnicas federais, caracterizam um projeto democrático de educação ligado ao mundo do trabalho. Segundo Pacheco (2011, p. 16)

na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de afirmar seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais.

Dessa forma, se firma um ideário de Educação Profissional e Tecnológica que supera a dualidade educativa e evidencia uma nova compreensão de EPT, capaz de visualizar a formação do cidadão de forma integral, uma educação unitária e universal que relaciona a cultura geral e a cultura técnica como formação de um cidadão interligado ao mundo do trabalho (MOURA, 2007).

A dualidade educativa que permeou fortemente a caminhada da EPT ao longo da história tem, a partir da proposta dos Institutos Federais, a chance desenvolver-se sob um viés democrático, assumindo o papel de formação de cidadãos históricos e sociais. A educação profissional que a partir desse momento é denominada Educação Profissional e Tecnológica, passa a trazer consigo um ideário que destaca a formação integral do cidadão, valorizando a integração entre a formação integral do ser humano e a vida produtiva, como refere Pacheco (2011, p. 29), quando diz que

a referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. Trata-se, pois, de uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas.

A criação dos Institutos Federais de Educação em 2008 marca e reafirma a presença da EPT a partir dessa nova concepção. Uma educação voltada para o ser humano. Nessa perspectiva a caminhada percorrida pela EPT, perpassa idas e vindas, partindo de uma educação para formação de mão-de-obra, até o entendimento de educação profissional como formação integral do cidadão, articulado a uma sociedade democrática. Um cidadão dessa sociedade, que se move em favor do seu crescimento individual e da sua comunidade, num movimento constante.

Na imagem a seguir ilustramos a linha do tempo da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil:

Figura 1 – Linha do tempo da EPT no Brasil

Entendimento da EPT conforme período histórico	Ano	Criação/adaptação de escolas profissionais Marcos da EPT
EPT como prática de menor valor	1809	Colégio das Fábricas
EPT com caráter assistencialista	1874	Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos
EPT visando a preparação de mão de obra e desenvolvimento econômico	1909	Escolas de Aprendizes e Artífices
	1937	Liceus Industriais
	1942	Escolas Industriais e Técnicas / Reforma Capanema
	1959	Escolas Técnicas Federais
	1967	Escolas Agrícolas
	1971	Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus
	1978	Centros Federais de Educação Tecnológica
Nova concepção de EPT a partir da formação omnilateral	2008	Institutos Federais

Fonte: Adaptação das informações contidas na Linha do Tempo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica / MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>

A partir da evolução do entendimento da EPT pela sociedade ao longo da história, percebe-se que o caminho percorrido desde o entendimento dessa como prática de menor valor, passando a predominância de caráter assistencialista à educação profissional, seguido do entendimento dessa como preparação de mão de obra e desenvolvimento econômico, culminou em uma nova concepção de EPT a partir da formação omnilateral. O entendimento de EPT como formação integral do aluno remete a construção de uma escola capaz de articular valores constitutivos do ser humano. Uma escola capaz de buscar a formação omnilateral em que se desenvolva “uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo” (RAMOS, 2008, p.3). Somente nessa perspectiva, pode-se efetivar a formação integral como culminância da EPT.

A proposta de formação omnilateral como culminância da EPT remete “à formação plena, integral do trabalhador, que desenvolva todas as potencialidades do ser para satisfazer suas necessidades materiais e espirituais e, assim, transitar dialeticamente entre a necessidade e a liberdade” (RAMOS, 2009, p. 167). Com isso a formação do estudante se dá pela aprendizagem dos conhecimentos científicos e sobretudo pelos conhecimentos inerentes a formação humana.

Formação como cidadão, capaz que escolher as ações que direcionam sua trajetória de vida a partir de uma compreensão do mundo e das relações estabelecidas na sociedade, que permeia toda a trajetória escolar, caracterizando uma continuidade educativa com vistas a formação humana.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo proposto pelo Ministério de Educação em 2018, indica elementos que acompanham o desenvolvimento dos estudantes desde a educação infantil até o ensino médio, podendo se aproximar da ideia de formação integral delineada pela EPT.

Sem o intuito de analisar a concepção e a proposta intrínseca na BNCC, trazemos aqui as competências indicadas por ela, a partir da ideia de continuidade educativa prevista no entrelaçamento dessas competências a formação integral dos estudantes ao longo de sua formação escolar. A premissa de continuidade educativa por meio do entrelaçamento das competências ao longo da vida dos estudantes é o ponto que gostaríamos de focar nessa aproximação.

Entre as competências indicadas no documento estão: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; e responsabilidade e cidadania (BNCC, 2018). Diante dessas competências, podemos inferir que todas podem remeter a formação integral do ser humano e estariam contempladas no ideário da EPT, porém destacamos uma, que remete ao trabalho e projeto de vida, e que destaca a importância de

valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BNCC, 2018, p. 9).

Tal premissa se aproxima da compreensão de educação proposta pela EPT, uma vez que ressalta a diversidade de saberes e a possibilidade de entender as relações vividas pela sociedade a fim delinear o seu projeto de vida. Essa ideia integra a proposta de formação omnilateral pretendida pela EPT.

A EPT se construiu ao longo da caminhada formativa do ensino profissional, buscando um espaço democrático, sem distinções e que permita uma escola que de fato atenda aos princípios da educação brasileira, garantindo “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDB 9394/96, art. 2º).

A formação integral proposta pela EPT visa formar o ser humano para a vida e para o trabalho, englobando diferentes dimensões: cognitivas, afetivas, físicas, éticas, sociais, etc. A partir dessa formação se constrói o cidadão para o mundo do trabalho, mas antes de tudo, se forma continuamente o ser humano. A articulação das competências previstas na BNCC a partir da concepção de educação profissional de caráter omnilateral caracteriza uma possibilidade para efetivação dessa diante das normativas vigentes e que precisam dar continuidade ao entendimento de EPT construído ao longo da história da educação brasileira.

Considerações finais

A partir da breve retrospectiva da história da educação no Brasil, marcada pela dualidade educativa, em que de um lado se tem a educação propedêutica destinada às elites, e de outro, a educação para o trabalho, destinada ao povo, contemplamos os objetivos que buscamos ao escrever este texto. A trajetória cheia de idas e vindas, avanços e retrocessos, que marcam a caminhada da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, culminam em uma perspectiva de formação do ser humano, de formação integral do cidadão.

Desde a colonização, a aprendizagem das práticas foi utilizada como forma de transmitir não só ensinamentos, mas acima de tudo a cultura do povo. A presença desses ensinamentos, muitas vezes relegados aos escravizados, que durante muito tempo não eram considerados cidadãos, caracterizaram uma aprendizagem “inferior”, aprendizagem essa, que caracteriza o cerne da educação profissional.

Essa origem se dá em meio a uma sociedade colonizada, em que o povo não tinha voz, sendo apenas mão-de-obra da elite. É interessante atentarmos a esse fato que caracteriza nossa sociedade para entendermos como se dá o início da educação profissional e como ela vai sendo construída ao longo da história. Para Freire (1967), durante esse período, o Brasil não teve povo, esse povo foi ignorado, servindo apenas para as atividades braçais. A vivência democrática não se fez junto com a história do Brasil. Durante muito tempo em nosso país a estrutura hierarquizada e dominada pela elite relegou ao povo, a instrução apenas do que era necessário para servir a seus interesses.

Nesse sentido, a escola tinha o propósito de socializar a população, onde o povo mais instruído poderia gerar mão de obra ao país. É ainda nesse momento de nossa história, que o caminho da educação profissional tem seu início com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices.

Na década de 1930, marcada por movimentos em prol da educação pública, gratuita, sem distinção de classes, raças e crenças, apoiada em valores democráticos de liberdade, cidadania, igualdade, respeito e tolerância que podemos perceber uma nova visão da educação profissional como formadora do cidadão e não apenas de mão-de-obra. A partir da reabertura política e democrática em 1986, que a educação profissional passou a ser vista de fato como educação do cidadão.

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mesmo sem aprofundarem a discussão acerca da educação profissional, caracterizam-se como marcos na caminhada da EP como o início de um novo entendimento do que se quer com essa modalidade de ensino. A EPT ultrapassa a formação de mão-de-obra que permeou sua trajetória formativa, apresentando-se como formação integral do ser humano e sua relação com o meio em que vive.

Na história da educação no Brasil, a educação sempre esteve ligada ao trabalho como fator de crescimento e não de dignidade humana. O caminho percorrido pela EPT demonstra que essa realidade pode ser mudada e que o povo buscou fazer parte da democracia, lutando por uma educação inclusiva, que vise diminuir a dualidade histórica que marca nossa construção enquanto sociedade democrática.

Referências

BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Educação profissional e tecnológica no Brasil: entre a continuidade e a ruptura. *In*: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (Org.) **Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 23 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm. Acesso em: 23 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Linha do Tempo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 jan 2021.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Bruna Alves da. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 1-15/2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br>. Acesso em: 10 set 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Revista Holos**, ano 23, v. 2, p. 1-30, 2007.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, Marise. Concepções e práticas pedagógicas nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde: fundamentos e contradições. **Trab. Educ. Saúde**, v. 7, suplemento, p. 153-173, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/7zC5Qp5SVbdj8ZQY9j34nHr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

SALES, Paula Elizabeth Nogueira; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Políticas de educação profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. *In*: CARVALHO, Maria

Lucia Mendes de (Org.) **Cultura, Saberes e Práticas:** Memórias e História da Educação Profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

SILVA, Maria Abádia da. **Educadores e educandos:** tempos históricos. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/Rede e-Tec Brasil, 2012.